

**N.F. Nº.** - 278999.0011/18-3  
**NOTIFICADO** - SUPERCIA – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.  
**NOTIFICANTE**- CLEBER RAIMUNDO SANTOS MAFRA  
**ORIGEM** - INFAZ INDÚSTRIA  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 27/07/2021

## **6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF Nº 0225-06/21NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. LIVROS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS DE ENTRADA NO LIVRO PRÓPRIO. OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS. MULTA. O contribuinte reconheceu a maior parte do débito. Quanto às notas fiscais cujos respectivos recebimentos foram negados, não demonstrou ter adotado as providências exigidas na legislação. Instância única. Notificação fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada no dia 27/09/2018 para formalizar a constituição de crédito tributário na modalidade multa no valor histórico de R\$6.455,39, com base no art. 42, IX da Lei 7.014/96, sob a acusação de entradas tributáveis sem registro na escrita fiscal (01 a 12/2014 e 08 a 11/2015).

O contribuinte ingressa com justificação às fls. 63 a 67, na qual reconhece o débito de R\$ 5.935,65.

No que diz respeito ao valor remanescente, relacionado às notas fiscais designadas nas planilhas de fls. 64/65, nega tê-las recebido.

Na informação fiscal, de fls. 74/75, o auditor emitente transcreve o art. 247 do RICMS/12 e assinala que não foi apresentado nenhum documento comprobatório das alegações contestatórias, motivo pelo qual mantém o lançamento de ofício na sua íntegra.

### **VOTO**

O notificado reconheceu boa parte do valor reclamado e, com relação à outra parcela, disse ser referente a operações cujas notas fiscais/ mercadorias não recebeu.

Por exemplo, o DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica) nº 7.800, constante do demonstrativo fiscal à fl. 48, de 17/08/2015, tem a chave eletrônica nº 29150808721575000105550010000078001000078000 e está presente no Portal Nacional das Notas Fiscais Eletrônicas como uma operação normal de venda da P K INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., na cifra de R\$ 400,00, sem registros de contestações ou objeções.

Não foram colacionados aos autos, seja em relação ao mencionado DANFE, seja em referência aos demais, de fls. 64/65, qualquer manifestação do destinatário eletrônica (MDe) de REGISTRO DE OPERAÇÃO NÃO REALIZADA ou de DESCONHECIMENTO DA OPERAÇÃO.

O notificado também não comprovou ter adotado a providência de informar as autoridades policiais ou fiscais de que notas fiscais eletrônicas haviam sido emitidas de forma irregular contra si.

Em face do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **278999.0011/18-3**, lavrada contra **SUPERCIA – COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o notificado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$6.455,39**, prevista no art. 42, IX da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos previstos na Lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 20 de julho de 2021

PAULO DANILO REIS LOPES - PRESIDENTE/RELATOR

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA- JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - JULGADOR